

COP27: Mobilizando uma agenda de transição que não deixa ninguém para trás



Num evento paralelo à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas (COP27), a decorrer em Sharm el-Sheikh, no Egito, que juntou Tony Blair, antigo Primeiro-Ministro britânico e Director Executivo do *Institute for Global Change*, Akinwumi Adesina, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Rick Duke, Enviado Especial Adjunto dos EUA para o Clima, e Mafalda Duarte, CEO da *Climate Investment Funds (CIF)*, o Presidente Filipe Nyusi assegurou que “Moçambique não tem nenhuma central de carvão por encerrar”, sendo um dos países mais exemplares

da região austral no que toca às emissões de carbono. Contribuindo para a discussão do tema “Moçambique na liderança da Transição Energética na África Austral”, Nyusi referiu que boa parte da matriz energética do país é composta por fontes de energias limpas. O Presidente moçambicano destacou a aposta na energia hídrica, cujos investimentos poderão rondar os 50 bilhões de dólares americanos, apontando o potencial provado por explorar nos projectos das barragens de M’panda Nkuwa com capacidade de 1.500MW, Mpanda Nkuwa Norte com 900MW, Cahora Bassa Norte com 1.245MW, Lupata com 650MW, Boroma com 200MW e Chemba com 600MW.

O Presidente destacou a importância do projecto da barragem de Mpanda Nkuwa, com um investimento de cerca de quatro bilhões de dólares americanos, cujo desenvolvimento está numa fase avançada. “O projecto inclui a linha de transporte de energia de alta tensão que poderá abastecer os países da região da África Austral, contribuindo para a implementação da Integração Económica Regional, geração de empregos e a balança comercial”, referiu o Chefe de Estado. A energia hídrica continua a ser a maior fonte de energia renovável em termos de capacidade instalada. Em 2021, a capacidade instalada global (excluindo hidroeléctricas bombeadas) atingiu 1.230 GW, 40% da capacidade total de energias renováveis¹. Outras tecnologias de energia renovável, como bioenergia, geotérmica, solar térmica e energia oceânica, também cresceram rapidamente durante a última década, embora a partir de uma base pequena. A capacidade instalada combinada dessas energias renováveis atingiu 166 GW em 2021, sendo 86% de energia bioenergética.

Tony Blair disse que Moçambique tem uma quantidade substancial de reservas de combustíveis. Entretanto, tendo em conta a emergência da redução das emissões de carbono, é necessário apoiar países como Moçambique a desenvolverem as suas economias com recurso a energias limpas. “O potencial do Zambeze para energia hídrica é inquestionável. Moçambique precisará de, para além de investimento público, do apoio da cooperação internacional e investimento privado para canalizar energia para a região”, disse Blair.

O Presidente do BAD saiu em defesa do financiamento à transição energética numa perspectiva de aceleração do acesso universal à energia para países africanos. Akinwumi Adesina disse que não é possível falar de redução de emissões ou uso de fontes renováveis de energia sem investimento. “África tem as maiores reservas de fontes de energias renováveis no mundo. É preciso transformar esse potencial em geração de energia para o desenvolvimento industrial, e para isso é fundamental que se considere o financiamento climático em forma de concessões”, referiu Adesina.

Estima-se que a maior parte do financiamento climático para África chega na forma de empréstimos. Esta abordagem é problematizada pela *Southern Africa Trust* que questiona a geração de lucros com base nas intervenções globais contra as alterações climáticas. “É cada vez mais evidente que as relações África-Occidente na transição energética não funcionem se forem conduzidas por um sistema financeiro neoliberal construído em subsídios, externalização de custos e corrupção. Não podemos alcançar uma transição justa usando ferramentas do neoliberalismo”². A verdadeira luta pela África, ao que parece, é como derrubar o sistema patriarcal capitalista promovido e protegido pelas instituições financeiras globais, corporações e a elite global que quer controlar e direccionar a trajectória da transição energética baseado no lucro, marginalização e pobreza. (Southern Africa Trust 2022).

Rick Duke, Enviado Especial Adjunto dos EUA para o Clima, congratulou o Presidente moçambicano e o seu governo pela melhoria da atmosfera para o investimento privado, como reforço ao capital público, através da aprovação da nova Lei da Electricidade.

A organização *Climate Investment Funds (CIF)*, que está a apoiar a transição energética na África do Sul, anunciou que irá incrementar o investimento para Moçambique no âmbito do financiamento climático. A CIF actua, não só no sector energético, mas também na componente de resiliência às mudanças climáticas e na área de conservação (preservação da floresta de Miombo). Mafalda Duarte, CEO do CIF, apelou a uma maior coordenação dos países da região para, não só partilharem políticas, mas encontrarem sinergias para o financiamento da transição energética.

Este painel de debate organizado a 8 de Novembro foi moderado por Damilola Ogunbiyi, CEO e Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Energia Sustentável para Todos e Co-Presidente da ONU-Energia. O evento foi organizado pela *NDC Partnership*. A NDC reúne mais de 200 mem-

¹ IRENA, World Energy Transition Outlook 2022 pp 42

² Posição defendida por Dr. Claude Kabemba na publicação *Climate Change and the Just Energy Transition: IS AFRICA TRAPPED?* da Southern Africa Trust pp 5 https://knowledgehub.southernafricantrust.org/site/assets/files/2334/climate_change_and_the_just_energy_transition.pdf

bros, incluindo mais de 115 países desenvolvidos e em desenvolvimento, e mais de 80 instituições com objectivo de gerar uma acção climática ambiciosa que ajude a alcançar o Acordo de Paris e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os governos identificam suas prioridades de implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) e o tipo de apoio necessário para traduzi-las em políticas e programas concretos. Com base nessas solicitações, a associação oferece um pacote personalizado de especialização, assistência técnica e financiamento. Essa resposta colaborativa fornece aos países em desenvolvimento acesso eficiente a uma ampla gama de recursos para se adaptar e mitigar as mudanças climáticas e promover um desenvolvimento mais

sustentável.

Em 2018, com o apoio da Parceria NDC, Banco Mundial e Instituto Camões, o Governo de Moçambique realizou um extenso processo consultivo a nível provincial e nacional, que levou à elaboração de um plano de implementação a médio prazo (2020 - Roteiro da NDC 2025), descrevendo uma abordagem abrangente para a acção climática no país. Moçambique está actualmente a melhorar o seu NDC, aumentando a sua qualidade e ambição. A NDC apoiou o processo contribuindo directamente com recursos técnicos e financeiros para melhorar as projecções de emissões, custo, análise de acções de adaptação e coordenação dos parceiros que prestam apoio. Moçambique é membro da NDC desde 2017.

Gás Natural como energia de transição

O Governo de Moçambique está claro sobre o caminho que deve seguir no que respeita aos compromissos globais para a redução das emissões de carbono e utilização de fontes de energias mais limpas³. O Presidente Nyusi reiterou, no dia 7 de Novembro, na plenária da COP27, o papel do gás natural na contribuição global da transição energética e o aproveitamento dos ganhos da exploração para a redução de desigualdades. “Para nós, uma transição energética justa é um exercício de inclusão social”, disse Nyusi.

O Presidente apelou aos países mais desenvolvidos a desembolsarem fundos de forma equilibrada. A importância do financiamento à prevenção e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas é uma

narrativa defendida também por outros líderes africanos, que subscrevem a teoria de que os países desenvolvidos devem apoiar os países vulneráveis às mudanças climáticas, sobretudo os países da África subsaariana, na sua recuperação diante dos eventos climáticos extremos alimentados pelas mudanças climáticas.

Durante o discurso de abertura da COP27, o Presidente do Egipto, Abdel Fattah al-Sissi, defendeu a aceleração da transição energética no mundo e o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, referiu que a crise climática é resultado da acção humana, chamando a atenção para a limitação dessa actividade danosa para travar os efeitos das mudanças climáticas.

³ Vide discurso do Governo na conferência CDD *Just Energy Transition* em Julho de 2022, em Maputo: https://www.yumpu.com/pt/document/view/67362979/conferencia-just-energy-transition-relatorio-pt_pp13

África do Sul lança um ambicioso plano de investimento na transição energética justa



No dia 7 de Novembro, durante a Cúpula de Líderes Mundiais na COP27, o Presidente sul-africano Cyril Ramaphosa lançou o novo Plano de Investimento para a Transição Energética preparado pelo seu governo, conforme previsto na Declaração Política, anunciando uma Parceria para Transição de Energia Justa (JETP) de longo prazo. O Plano abrange o sector de energia, veículos eléctricos e hidrogénio verde.

Por sua vez, Bruxelas⁴ disse que “uma abordagem ‘Justa’ sustenta o Plano, com o objectivo de garantir que os mais directamente afectados por uma transição do carvão - trabalhadores e comunidades, incluindo mulheres e raparigas - não sejam deixados para trás. O plano identifica 98 biliões de dólares americanos⁵ em necessidades financeiras ao longo de cinco anos para iniciar a transição energética de

20 anos na África do Sul. Serão necessários investimentos dos sectores público e privado”.

Na mesma senda, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que “para a UE, a transição climática precisa ser justa. Essa parceria, com novos investimentos, visa garantir que ninguém fique para trás.”

Na sua abordagem, o Chanceler da República Federal da Alemanha, Olaf Scholz, defendeu que “a adopção do plano de investimento é um marco rumo a uma economia ambientalmente neutra e socialmente justa na África do Sul. A Alemanha está a contribuir com 1 bilião de dólares americanos, incluindo uma parte substancial por meio de doações, para um pacote de apoio da comunidade internacional de doadores no valor de 8,5 biliões de dólares americanos.

⁴ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/STATEMENT_22_6664

⁵ <https://www.thepresidency.gov.za/speeches/remarks-president-cyril-ramaphosa-during-jet-investment-plan-meeting%2C-un-climate-change-conference-2022>

O Presidente francês Emmanuel Macron manifestou a sua satisfação ao confirmar que a França acaba de disponibilizar um apoio político concessional de 300 milhões de dólares americanos à África do Sul, como um primeiro passo para o cumprimento do seu compromisso de 1 bilião de dólares americanos para apoiar a descarbonização da África do Sul.

O pacote de financiamento inicial de 8,5 biliões de dólares americanos do International Partnership Group Financial Support (IPG) inclui: 2,6 biliões por meio do Plano de Investimento para a Transição do Carvão dos Fundos de Investimento Climático (CIF ACT); 1,8 bilião do Reino Unido; 1 bilião da EU; 1 bilião da Alemanha; 1 bilião da França; 1 bilião dos EUA.

O trabalho para programar a aplicação dos 8,5 biliões de dólares americanos continuará nos próximos meses. Além deste montante, o Conselho do Banco Mundial aprovou recentemente o projecto *Eskom Just Energy Transition*, que está a fornecer 0,5 bilião de dólares americanos de financiamento em apoio à Transição Energética Justa na África do Sul.

A União Europeia está empenhada em tornar-se o primeiro bloco com neutralidade climática do mundo até 2050. Isso requer investimentos significativos dos sectores público e privado dos países membros. O Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu mobilizará o investimento público e ajudará a desbloquear fundos privados através de

instrumentos financeiros da UE, nomeadamente o InvestEU, o que resultaria em pelo menos 1 trilião de euros em investimentos.

A COP27 está a desempenhar um papel de liderança ao apoiar os países menos desenvolvidos a se afastarem dos combustíveis fósseis e desencadearem uma transição energética justa e limpa. Entretanto, para o continente africano, aumentar o acesso à energia e reduzir a pobreza são prioridades urgentes, porque só assim é possível se alcançar a verdadeira justiça energética.

É importante sublinhar que o conceito de transição justa não é meramente um processo técnico de passar de um sistema baseado em combustível fóssil para um sistema de baixo carbono. Trata-se de um processo político. Uma transição justa exigiria a criação de coalizões políticas entre movimentos sociais e ambientais, grupos minoritários, sindicatos, pessoas empregadas nos sectores de energia e comunidades locais engajadas. “De certa forma, a ideia de uma transição justa está intrinsecamente associada ao conceito de sustentabilidade”⁵.

O CDD trabalha para impulsionar acções sustentáveis mais rápidas para alcançar o ODS 7 – acesso à energia a preços não proibitivos para a população, confiável, sustentável e moderna para todos até 2030 – assegurando que nenhum moçambicano seja deixado para trás no processo da transição energética⁶.

⁶ Conceito explicado no relatório de Desenvolvimento Humano 2020 pp 35 <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2020ptpdf.pdf>

⁷ Leia mais sobre a advocacia do CDD rumo a uma transição energética justa, no relatório sobre Transição Energética em Moçambique: Oportunidades e Desafios https://justenergytransition.cddmoz.org/wp-content/uploads/2022/07/CDD_Report_Energy-Transition-in-Mozambique_2022.pdf



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Selma Inocência
Equipa Técnica: Emídio Beúla, Dimas Sinoia, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

